

## DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

## Edital 35/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
35/2025	254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ	PAULO ALEXANDRE PINTO DE SOUZA GEAQUINTO	25/11/2025 08:58 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25389.000222/2025-11

## 1. Do Objeto



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

AV. BRASIL 4365 MANGUINHOS - Prédio Sede 1º Piso COGIC, sala 13 - Bairro Manguinhos,

Rio de Janeiro/RJ, CEP 21040-360 Telefone: (21) 2209-2004 - <http://www.fiocruz.br>

EDITAL Nº 90014/2025

Processo nº 25389.000222/2025-11

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2025

## CONTRATANTE (UASG)

254462

## OBJETO

Contratação de Serviço de Locação de Veículos Elétricos para atender as demandas dos campi Fiocruz RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 3.918.621,64 (três milhões novecentos e dezoito mil, seiscentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 10/12/2025 às 10h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

MENOR PREÇO

**MODO DE DISPUTA:**

ABERTO

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM

**EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS**

NÃO

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

NÃO

Torna-se público que a Fundação Oswaldo Cruz, por meio da Coordenação Geral dos Campi - COGIC, sediada Avenida Brasil, 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de serviço de Locação de Veículos Elétrico para atenderas demandas dos campi Fiocruz /RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em único item.

## **2. Da Participação na Licitação**

2.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3 licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6 Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3 sociedades cooperativas;

2.6.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.12 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8 O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11 O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12 m licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13 A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica

### **3. Do orçamento Estimado**

3.1 O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. Da Apresentação da Proposta e dos**

#### **Documentos de Habilitação**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.4.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12 O valor final mínimo final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.13 O valor final mínimo final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. Do Preenchimento da Proposta**

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário do item;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12 O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. Da Abertura da Sessão, Classificação**

### **Das Propostas e Formulação de Lances**

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$1.000,00 (mil reais).

6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11 Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.20 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



- 6.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.20.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.21.2 empresas brasileiras;
- 6.21.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.24 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.24.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.24.2 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.24.3 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.24.4 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.25 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. Da Fase de Julgamento**

- 7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1 SICAF;
- 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.
- 7.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1 contiver vícios insanáveis;

7.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 8. Da Fase de Habilitação

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser inseridos no portal [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9 Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme Termo de Referência, subitens 4.35 ao 4.35.3, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.9.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.10 A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 [DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até [2] horas [DUAS HORAS], para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

8.18 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## **9. Do Termo de Contrato**

9.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.2.1 A assinatura do Termo de Contrato se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI disponível no endereço eletrônico – [https://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php? %20acao=usuario\\_externo\\_logar&acao\\_origem=usuario\\_externo gerar\\_senha&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?%20acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0)

9.2.2 O adjudicatário caso não seja cadastrado deverá preencher o formulário e registrar login e senha, devendo aguardar instruções que serão encaminhadas no email informado. Após a liberação o usuário estará apto a assinar o Termo de Contrato.

9.2.3 Eventuais dúvidas quanto à utilização de ferramenta, poderão ser dirimidas pelo email: suportesei@fiocruz.br.

9.3 Os prazos dos itens 10.2 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.4 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.5 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.5.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **10. Dos Recursos**

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.2.1 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.2.2 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.2.3 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.2.4 habilitação ou inabilitação;

10.2.5 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.3 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.4 recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.6 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico, Link:

[https://sei.fiocruz.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_pesquisar.php?acao\\_externa=protocolo\\_pesquisar&acao\\_origem\\_externa=protocolo\\_pesquisar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.fiocruz.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0)

Ou <https://portal.fiocruz.br/>; Aba “A Fundação”; Link “Sistema Eletrônico de Informações (SEI)”; Link: “Pesquisa Pública”

## **11. Das Infrações Administrativas e Sanções**

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4 apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. Da Impugnação ao Edital e do Pedido**

### **de Esclarecimento**

12.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [gecom.cogic@fiocruz.br](mailto:gecom.cogic@fiocruz.br), ou por petição dirigida e protocolada no endereço Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ Prédio Sede da COGIC, Seção de Protocolo, sala n.º21.

12.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. Das Disposições Gerais**

13.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras>; no sítio da COGIC: [www.cogic.fiocruz.br](http://www.cogic.fiocruz.br), e também poderá ser lido e /ou obtido no endereço Avenida Brasil, nº. 4.365, Manguinhos, RJ, Prédio sede da COGIC, sala 13, nos dias úteis, no horário das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 16h00min.

13.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1 Apêndice I do Anexo I – Vistoria

13.11.1.2 Apêndice II do Anexo I - Acordo de Nível de Serviço

13.11.1.3 Apêndice III do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

13.11.2. Anexo II - Planilha de Custos - Zerada

13.11.3 Anexo III – Proposta Pró-Forma;



13.11.4 Anexo IV – Termo de Sigilo e Confidencialidade

13.11.5 Anexo V – Portaria da COGEAD

13.11.6 Anexo VI – Autorização da Garantia

13.11.7 Anexo VII – Autorização Complementar de Contrato

13.11.8 Anexo VIII – Minuta de Contrato

## 14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MAURO DE MIRANDA FERNANDES**

Pregoeiro



*Assinou eletronicamente em 24/11/2025 às 16:20:15.*

**RAFAEL GARCIA DIAS DA SILVA**

Chefe da Gestão de compras



*Assinou eletronicamente em 25/11/2025 às 08:58:21.*

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

Termo de Referência 47/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
47/2025	254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ	DAMAZIO DANIEL DE LIMA SANTOS	14/11/2025 15:09 (v 1.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	176/2025	25389.000222/2025-11

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços contínuos de locação de veículos elétricos, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinados à mobilidade interna nos campi da Fiocruz RJ, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

TABELA DE QUANTITATIVOS E CUSTOS

	DESCRIÇÃO	CATSERV	QTD	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO MENSAL	CUSTO ANUAL
TIPO	Veículo Elétrico 06 lugares	4014	2	R\$ 4.398,89	R\$ 8.797,78	R\$ 105.573,31
	Veículo Elétrico 4 lugares + Caçamba 200kg	4014	22	R\$ 5.040,00	R\$ 110.880,00	R\$ 1.330.560,00
	Veículo Elétrico 02 lugares + Caçamba 500kg	4014	10	R\$ 4.937,50	R\$ 49.375,00	R\$ 592.500,00
	Veículo Elétrico 02 lugares + Graneleiro 500kg	4014	13	R\$ 5.137,50	R\$ 66.787,50	R\$ 801.450,00
	Mini Ônibus Elétrico	4014	1	R\$ 11.375,00	R\$ 11.375,00	R\$ 136.500,00
	Veículo Elétrico 02 Lugares + Rampa (para Cadeirante)	4014	1	R\$ 4.950,00	R\$ 4.950,00	R\$ 59.400,00
	Veículo Elétrico + Graneleira Longa	4014	4	R\$ 5.325,00	R\$ 21.300,00	R\$ 255.600,00
	Veículo Elétrico 08 lugares	4014	4	R\$ 5.850,00	R\$ 23.400,00	R\$ 280.800,00
Total do grupo			57		R\$ 296.865,28	R\$ 3.562.383,31
Percentual de 10% do valor global do contrato para fins de manutenção, reparos ou adequações técnicas dos veículos elétricos, sob a responsabilidade da Contratada.					10%	R\$ 356.238,33
Total Geral						R\$ 3.918.621,64

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2 Os Serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que há a necessidade do mesmo para atendimento as demandas da Administração, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

#### **Prazo de vigência**

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados do(a) data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO**

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **[ANO 2025]**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência e no plano de logística de Sustentabilidade da FIOCRUZ, conforme registro no ETP.

#### **DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.3 A Necessidade da Contratação tem como base:

- Considerando a natureza do serviço e a necessidade de gestão centralizada e integrada da frota, o parcelamento do objeto não se mostra tecnicamente viável, sob pena de comprometer a eficiência operacional e a economicidade da contratação. A divisão em lotes resultaria em maior complexidade na fiscalização e na manutenção da padronização dos veículos elétricos, podendo impactar negativamente na continuidade e na qualidade dos serviços.
- A presente contratação encontra fundamento na necessidade de garantir a eficiência e a continuidade das atividades administrativas, técnicas e operacionais realizadas no campus da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz RJ). Considerando a extensão territorial do campus e a distribuição de suas unidades, faz-se imprescindível a utilização de meio de transporte interno adequado, seguro, econômico e ambientalmente sustentável.
- A opção pela locação de carrinhos elétrico está fundamentada nos princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que orientam a Administração Pública a buscar soluções que representem o melhor custo-benefício e minimizem impactos ambientais.
- O Estudo Técnico Preliminar e a Análise de Risco evidenciaram que a locação é a solução mais vantajosa para atender à demanda institucional, evitando os custos e encargos inerentes à aquisição e manutenção de bens permanentes.
- A contratação também se coaduna com as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012) e com os compromissos institucionais da Fiocruz relacionados à promoção da sustentabilidade e da redução de emissões de gases poluentes.

2.3.1 A contratação da locação de veículo elétrico justifica-se pela necessidade de otimizar o deslocamento de servidores, colaboradores e materiais entre as diversas unidades localizadas no campus da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz RJ). Trata-se de uma solução que visa promover maior eficiência logística, reduzir o tempo de transporte interno e garantir mais segurança e mobilidade, especialmente em trajetos que não podem ser realizados por veículos convencionais, considerando as dimensões e especificidades do campus.

- Ademais, a utilização de veículo elétrico contribui para a sustentabilidade ambiental, ao reduzir a emissão de poluentes e ruídos, alinhando-se às diretrizes institucionais de responsabilidade socioambiental.

- A contratação, sob a modalidade de locação, evita a necessidade de aquisição de bens permanentes, reduzindo custos de manutenção, seguros e depreciação, além de garantir maior flexibilidade na gestão da frota, conforme a demanda das atividades institucionais.
- Com o expressivo número de edificações, serviços e pessoas em circulação no campus, torna-se necessária a contratação da locação de 57 (cinquenta e sete) veículos elétricos, com o objetivo de assegurar o atendimento eficiente das demandas institucionais, bem como viabilizar os deslocamentos das equipes de manutenção predial, fiscalização, além do transporte de pacientes, estudantes, visitantes, colaboradores e servidores.
- O Estudo Técnico Preliminar demonstrou que a locação apresenta melhor relação custo-benefício, configurando-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração.
- Em observância ao art. 3º do Decreto nº 10.193/2019, que dispõe sobre a adoção de medidas para redução de despesas de custeio pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, esta contratação foi estruturada com base em critérios de racionalização do gasto público. Foram adotadas medidas como a padronização dos modelos de veículos, definição de quantitativo estritamente necessário à continuidade das atividades institucionais e a consolidação das demandas operacionais dos campi, assegurando o alinhamento com os princípios da eficiência e economicidade.

### **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

#### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 A descrição da solução, tem como base o que foi detalhada no Estudo Técnico Preliminar, abrangendo a prestação de serviço contínuo de locação de veículos elétricos, destinados a suprir as demandas recorrentes de mobilidade interna no campus da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz RJ). O objetivo é garantir agilidade e segurança nos deslocamentos necessários ao funcionamento das atividades institucionais, tais como: transporte das equipes de manutenção predial, apoio às ações de fiscalização, deslocamento de pacientes, estudantes, visitantes, colaboradores e servidores.

3.3 Essas necessidades, conforme detalhadas no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, são desenvolvidas no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz, em conformidade com as normas vigentes de segurança, acessibilidade e sustentabilidade, conforme especificado neste Termo de Referência.

## 4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 A fiscalização do cumprimento das práticas ambientais sustentáveis e das demais obrigações contratuais será realizada pela Administração por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que permitirá o acompanhamento periódico da execução contratual e a verificação do atendimento aos requisitos de sustentabilidade, segurança e eficiência energética previstos neste Termo de Referência.

4.1.2 A Contratada deverá adotar práticas ambientais sustentáveis com vistas à redução dos impactos ambientais decorrentes da prestação dos serviços, devendo observar as seguintes ações:

a) Realização da manutenção preventiva e corretiva dos veículos elétricos com destinação final adequada de resíduos e componentes, especialmente baterias, pneus e fluidos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), a Resolução CONAMA nº 362 /2005 e a Resolução CONAMA nº 416/2009. A comprovação deverá ser realizada através Programa de Gerenciamento de Resíduos (PGR), conforme disposto na Lei nº 12.305, de 02/08/2010.

b) Garantia de que as baterias dos veículos elétricos que se tornarem inservíveis sejam destinadas para reciclagem ou descarte final ambientalmente adequado, conforme normas técnicas e regulamentações específicas sobre resíduos perigosos e logística reversa. A comprovação deverá ser realizada através Programa de Gerenciamento de Resíduos (PGR), conforme disposto na Lei nº 12.305, de 02/08/2010.

c) Adoção de práticas sustentáveis durante a execução dos serviços, incluindo o uso de produtos biodegradáveis e atóxicos para eventuais limpezas ou higienizações, conforme ABNT NBR 15448- 1 e 15448-2, bem como ações para o consumo racional de energia, água e outros recursos naturais. . A comprovação deverá ser realizada através de Relatórios de boas práticas ambientais.

d) Separação seletiva de resíduos eventualmente gerados durante as atividades de manutenção ou operação dos veículos, promovendo a destinação ambientalmente adequada. A comprovação deverá ser realizada através Programa de Gerenciamento de Resíduos (PGR), conforme disposto na Lei nº 12.305, de 02/08/2010.

e) Garantia de que os veículos locados atendam aos requisitos normativos de segurança, eficiência energética e emissão de ruídos, conforme regulamentos do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). A comprovação deverá ser realizada através do Teste de Medição de Ruído, conforme NBR 9714:2000.

### Indicação de marcas ou modelos

4.2 Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, e conforme as descrições e modelos descritas na tabela do subitem 1.1. em função o princípio da padronização considerando a compatibilidade das especificações estéticas, técnicas ou de desempenho, nos termos do art. 43 da Lei nº 14.133, de 2021.

### Subcontratação

4.3 Não será admitida a subcontratação, ou sub alocação, do objeto contratual, haja vista ser de responsabilidade direta da Contratada a Propriedade, a disponibilização de todos os veículos elétricos e os vínculos de reposição quando das manutenções, o fornecimento de peças a execução de todas as providências necessárias para a plena execução dos serviços que necessitem de pronto apoio para os veículos elétricos alocados na Fiocruz RJ.

### Garantia da contratação

4.4 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro - garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contratação.

4.5. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.5.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.5.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.5.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.5.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.9.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.10.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.10.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

4.11. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.15.2. Caso se trate da modalidade seguro - garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.16.1. A extinção da garantia na modalidade seguro - garantia observará a regulamentação da Susep.

4.16.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.18. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### **Vistoria**

4.21. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 (dez) horas às 15 (quinze) horas.

4.22. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.23. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.23.1 Os interessados na vistoria deve agendar a mesma, 24 Horas antes, pelos telefones: 2209 2147 ou 2209 2140 até dois dias anterior a data do certame.

4.23.2 A vistoria poderá, também, ser agendada pelo e-mail: [servicos.cogic@fiocruz.br](mailto:servicos.cogic@fiocruz.br).

4.23.3 Para a Vistoria, o interessado em fazê-la deverá estar de posse do formulário disponibilizado, Anexo I, o qual será atestado pelo servidor designado para acompanhá-lo.

4.24. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu representante legal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.25. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

## 5.1 Condições de execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 O início da execução do objeto: em até 60 (sessenta) dias da assinatura do contrato.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3 Cronograma de realização dos serviços: A locação ocorrerá com a permanência dos veículos elétricos nos campi da Fiocruz RJ especificados neste Termo de Referência, durante toda a vigência do contrato, sendo de responsabilidade da contratada realizar, mensalmente, as manutenções preditivas, preventivas e corretivas da frota alocada, sem qualquer ônus para a Fiocruz.

5.1.3.1 Entende-se por manutenção preditiva aquela baseada no monitoramento contínuo das condições dos veículos elétricos, com uso de dados, sensores ou registros de desempenho que permitam a identificação antecipada de falhas potenciais, desgaste anormal ou perda gradual de eficiência dos componentes, como baterias, motores, freios, suspensão ou sistema de carga. A contratada deverá implementar rotinas de inspeção e diagnóstico que possibilitem a tomada de decisão preventiva com base em indicadores técnicos e históricos de funcionamento da frota, evitando paradas inesperadas e prolongando da vida útil dos equipamentos.

5.1.3.2 Toda manutenção que implique a retirada do veículo da operação deverá ser concluída no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas corridas, contado do início da imobilização do veículo, salvo em casos excepcionais devidamente justificados e autorizados pela fiscalização do contrato. A contratada deverá comunicar formalmente qualquer previsão de extrapolação desse prazo, apresentando justificativa técnica e cronograma de retorno. Caso, após análise técnica, seja necessária a substituição do veículo, a contratada terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data de imobilização, para realizar a substituição por outro veículo de mesma característica técnica, em plenas condições de operação.

5.1.3.3 Os detalhamentos dos métodos e rotinas são os descritos nos demais itens em sequências.

5.1.4 Quando da entrega dos Carros Elétricos, que compõem o objeto, a contratada deverá disponibilizar o formulário de "RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA" ou equivalente para avaliação quanto ao itens pertinentes relacionados a cada unidade disponibilizada.

### Local da prestação dos serviços:

5.2 Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

Localização:	Endereço:
Campus Manguinhos (Sede)	Avenida Brasil, 4365- Manguinhos/RJ
Campus Mata Atlântica	Est. Rodrigues Caldas nº3400, Jacarepaguá – Rio de Janeiro/RJ
Campus CTM Farmanguinhos	Av. Comandante Guarany, 447 - Jacarepaguá/RJ

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: Das 08 as 17 horas, nos dias úteis e aos finais de semana existindo as demandas prévias.

### Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1.1 Os serviços serão prestados no seguinte endereço: A execução contratual seguirá a dinâmica prevista na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento, fiscalização, execução, medição e pagamento, visando à adequada satisfação do interesse público e à entrega do objeto conforme pactuado.



- 5.3.1.2 Os veículos elétricos serão utilizados conforme o planejamento das atividades diárias da administração e de acordo com a demanda dos serviços durante o expediente normal das Unidades atendidas, bem como em horários extraordinários autorizados pela Coordenação de Serviços Operacionais (CSO), inclusive aos sábados, domingos e feriados, sempre que necessário.
- 5.3.1.3 Os condutores dos veículos elétricos deverão estar devidamente habilitados para sua condução e participar de treinamento específico para operação dos veículos, sob supervisão do técnico responsável. A condução só será autorizada após a devida aptidão comprovada.
- 5.3.1.4 Os veículos elétricos serão aceitos e a qualidade avaliada periodicamente mediante Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme o Anexo II, avaliando a realização das devidas manutenções preventivas e corretivas, além de testes operacionais necessários e à correta utilização e ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.
- 5.3.1.5 As unidades da Fiocruz que utilizarem os veículos elétricos deverão avaliar a qualidade dos bens e dos serviços, comunicando eventuais não conformidades ao Gestor e Fiscal do Contrato, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021, para aplicação das medidas administrativas cabíveis.
- 5.3.1.6 A execução dos serviços terá início no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato.
- 5.3.1.7 Na data de início da execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar toda a frota de veículos elétricos, ou seja, **57** (cinquenta e sete) **unidades**, conforme previsto neste instrumento.
- 5.3.1.8 Para a adequada execução dos serviços, a Contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade e qualidade compatíveis, visando assegurar a continuidade e eficiência na prestação contratual, promovendo a imediata substituição quando constatada a necessidade.
- 5.3.1.9 A demanda do órgão contratante terá como base as seguintes características e exigências técnicas:
- 5.3.1.9.1 Os veículos elétricos deverão ser entregues com suspensão, transmissão, carenagem, ferragens, baterias, pneus, toldos e capas para chuva novos. Não serão aceitos veículos elétricos com a estrutura (chassi) rachada ou soldada. As inspeções técnicas e conferências das condições dos veículos elétricos, incluindo a estrutura, serão realizadas por Servidor técnico da Fiocruz RJ, a cargo do Serviço de Transporte da Instituição, que será formalmente designado como responsável técnico pela fiscalização da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
  - 5.3.1.9.2 Os veículos elétricos deverão possuir chave reserva.
  - 5.3.1.9.3 Os veículos deverão possuir sistema de travamento do miolo da ignição, que impeça a utilização de outras chaves ou instrumentos para a partida.
  - 5.3.1.9.4 Os veículos deverão possuir bancos forrados em courvim, preferencialmente na cor preta.
  - 5.3.1.9.5 Os veículos deverão possuir espelhos retrovisores reguláveis, fixados externamente nos lados direito e esquerdo.
  - 5.3.1.9.6 Os veículos que possuírem caçamba deverão conter forração com manta de borracha ou outro material antiderrapante, para evitar deslizamento e/ou trepidação do material transportado.
  - 5.3.1.9.7 Os veículos com 2 lugares e caçamba alongada, que irão atender as unidades ICTB e COC, deverão conter suporte para transporte de escadas, instalado nas laterais ou no meio, acima do teto.
  - 5.3.1.9.8 Os veículos deverão ter resistência adequada para sustentação das caçambas, graneleiras e toldos (teto), considerando as condições e tipos de piso nos quais irão operar, conforme descrito neste instrumento, chassi fabricado em estrutura metálica com resistência estrutural e durabilidade, com tratamento anticorrosivo de alta performance, adequado às condições de operação e exposição ambiental nos campi.
  - 5.3.1.9.9 Os veículos elétricos deverão estar providos dos seguintes acessórios:

- Para-brisa dobrável;
- Buzina;
- Instrumentos de controle no painel, tais como: nível de carga das baterias, horímetro, cinto de segurança;
- Kit de iluminação (comando de seta indicadora de direção, farol, lanterna, luz de freio, pisca alerta);
- Suporte para guincho, entre outros itens que assegurem a segurança e eficiência operacional;
- Capa de Chuva;
- Sirene de Ré;

5.3.1.10. Para o início da prestação contratual, os veículos elétricos deverão possuir, no máximo, 05 (cinco) anos de vida útil.

5.3.1.10.1 Os veículos elétricos somente poderão ser mantidos no contrato enquanto possuírem, no máximo, 10 (dez) anos de vida útil, devendo a contratada proceder à sua substituição sempre que atingido esse limite.

5.3.1.10.2 Para fins de cobertura de custos com manutenções decorrentes de mau uso dos veículos elétricos por parte dos condutores, a licitante deverá prever, em item específico de sua proposta comercial, um percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor global da locação, destinado exclusivamente a esse fim.

5.3.1.10.3 Os veículos elétricos serão utilizados diariamente para o transporte interno de servidores, colaboradores terceirizados, pacientes, visitantes e convidados, conforme a demanda operacional das Unidades da Fiocruz RJ. A utilização será disposta pela Coordenação de Serviços Operacionais (CSO), com o objetivo de atender com eficiência às necessidades de mobilidade no interior dos campi.

- A circulação ocorrerá em vias internas pavimentadas, predominantemente com pisos de concreto, asfalto e blocos intertravados. Dessa forma, os veículos deverão apresentar características técnicas adequadas para garantir segurança, conforto e estabilidade, mesmo em trechos com inclinações ou eventuais irregularidades.
- A operação se dará, prioritariamente, durante o expediente regular das atividades administrativas e assistenciais, podendo, sempre que necessário, estender-se a horários extraordinários — inclusive aos sábados, domingos e feriados — mediante autorização prévia da CSO.
- Os veículos elétricos adaptados para cadeirantes têm como finalidade assegurar um deslocamento acessível, seguro e humanizado às pessoas com mobilidade reduzida. São utilizados, especialmente, no transporte de pacientes, servidores, visitantes ou acompanhantes com necessidades especiais, contribuindo para a promoção da inclusão e da acessibilidade na Instituição. Os referidos veículos deverão ser equipados com plataformas de embarque e desembarque por rampa ou elevador, além de espaço adequado com sistema de fixação para cadeiras de rodas, garantindo conforto e estabilidade durante o percurso. Sua operação deverá seguir as normas técnicas de acessibilidade vigentes, como determina a ABNT NBR 9050.
- A rotina de utilização dos veículos adaptados será organizada conforme solicitações encaminhadas pelos setores assistenciais, administrativos ou de atendimento ao público, abrangendo, entre outras situações:
  - Transporte de pacientes entre unidades de saúde, ambulatorios e recepções;
  - Apoio à locomoção de visitantes e participantes de eventos com deficiência ou mobilidade reduzida;
  - Deslocamento de servidores com deficiência no exercício de suas funções;
  - Atendimentos pontuais sob demanda, mediante solicitação prévia à CSO.

- A circulação será feita em rotas acessíveis, previamente mapeadas, com pavimentação adequada (asfalto, concreto ou blocos intertravados) e sinalização de apoio. Os condutores designados deverão possuir treinamento específico em condução segura e em atendimento a pessoas com deficiência.

5.3.1.11 A recarga das baterias dos veículos ocorrerá em pontos definidos previamente, sendo de responsabilidade da contratada o controle da carga, bem como a manutenção da autonomia e pleno funcionamento da frota.

### 5.3.2. Demonstrativos e especificações técnicas dos Veículos Elétricos:

#### VEÍCULO ELÉTRICO 6 LUGARES



- Chassi: Fabricado em estrutura metálica com resistência estrutural e durabilidade, com tratamento anticorrosivo de alta performance;
- Motor: Elétrico 5,0 KW AC;
- Suspensão: Independente com molas helicoidais;
- Controlador: Curtis AC;
- Bateria: Lítio;
- Freio: Com acionamento Hidráulico;
- Pneus: 205/50/10;
- Metragem do Veículo: 337.8 x 125.2 x 121.9 cm;
- Painel de Instrução: Velocímetro; hodômetro; luz de indicação de Farol, seta indicadora de direção;
- Altura em relação ao solo: 11.4 cm;
- Carregador: Eletronic bivolt lítio;
- Peso Seco: 325 kg;

#### VEÍCULO ELÉTRICO 4 LUGARES + CAÇAMBA 200KG



- Chassi: Fabricado em estrutura metálica com resistência estrutural e durabilidade, com tratamento anticorrosivo de alta performance;

- Motor: Elétrico 5,0 KW AC;
- Suspensão: Independente com molas helicoidais;
- Controlador: Curtis AC;
- Bateria: Lítio;
- Freio: Com acionamento Hidráulico;
- Pneus: 205/50/10;
- Metragem do Veículo: 337.8 x 125.2 x 121.9 cm;
- Painel de Instrução: Velocímetro; hodômetro; luz de indicação de Farol, seta indicadora de direção;
- Altura em relação ao solo: 11.4 cm;
- Carregador: Eletronic bivolt lítio;
- Peso Seco: 325 kg;

#### VEÍCULO ELÉTRICO 2 LUGARES + CAÇAMBA 500KG



- Chassi: Fabricado em estrutura metálica com resistência estrutural e durabilidade, com tratamento anticorrosivo de alta performance;
- Motor: Elétrico 5,0 KW AC;
- Suspensão: Independente com molas helicoidais;
- Controlador: Curtis AC;
- Bateria: Lítio;
- Freio: Com acionamento Hidráulico;
- Pneus: 205/50/10
- Metragem do Veículo: 337.8 x 125.2 x 121.9 cm
- Painel de Instrução: Velocímetro; hodômetro; luz de indicação de Farol, seta indicadora de direção;
- Altura em relação ao solo: 11.4 cm;
- Carregador: Eletronic bivolt lítio;
- Peso Seco: 325 kg.

#### VEÍCULO ELÉTRICO 2 LUGARES + GRANELEIRO 500KG



- Chassi: Fabricado em estrutura metálica com resistência estrutural e durabilidade, com tratamento anticorrosivo de alta performance;
- Motor: Elétrico de 3.7 HP 48-v /carregador elétrico;
- Velocidade: 03 níveis de velocidade;
- Frenagem: 03 níveis de frenagem;
- Arrancada: 03 níveis de arrancada;
- Painel de Instrução: Velocímetro; hodômetro; luz de indicação de Farol, seta indicadora de direção;
- Suspensão: Independente com feixes de molas;
- Bateria: Lítio;
- Freios: A tambor nas 04 rodas;
- Pneus: 18 x 6.50-8,6;
- Carenagem: Em Armor Flex (polímero resistente);
- Metragem do veículo: 339.1 x 125.2 x 181 cm;
- Raio de giro: 3.7 m;
- Altura em relação ao solo: 11.4 cm;
- Toldo curto;
- Para-brisa dianteiro fixo;

#### MINI ÔNIBUS ELÉTRICO



- Capacidade para 14 passageiros + motorista;
- Carenagem envolvente em ArmorFlex (polímero plástico resistente);
- Chassi: Fabricado em estrutura metálica com resistência estrutural e durabilidade, com tratamento anticorrosivo de alta performance;
- Motor: Elétrico 11 KW AC;
- Velocidade: Máxima 30 km/h;
- Nível de Velocidade: Regulada eletronicamente;
- Frenagem: Freio a disco dianteiro e freio traseiro, freio hidráulico nas quatro rodas + freio de estacionamento;
- Capa de chuva;
- Baterias: 01 Bateria x 252Amp, 73,6V Lítio;
- Pneus: 165/70 R13;
- Painel de Instrução: Velocímetro; hodômetro; luz de indicação de Farol, seta indicadora de direção, farol de milha;
- Cinto de segurança;
- Carregador: Eletronic bivolt Lítio;
- Medidas: 4960\*1480\*1960mm cada;
- Limpador de para-brisa;
- Farol de milha;
- Retrovisores laterais.

#### VEÍCULO ELÉTRICO 02 LUGARES + GRANELEIRA LONGA



- Chassi: Fabricado em estrutura metálica com resistência estrutural e durabilidade, com tratamento anticorrosivo de alta performance;
- Motor: Elétrico 3,7 KW AC;
- Suspensão: Independente com molas helicoidais;
- Controlador: Curtis AC;
- Bateria: Lítio;
- Freio: Com acionamento Hidráulico;
- Metragem do Veículo: 120 x 122 x 340 x 250 cm
- Dimensões da Caçamba: 112 x 47 x 163 cm
- Painel de Instrução: Velocímetro; hodômetro; luz de indicação de Farol, seta indicadora de direção;
- Altura em relação ao solo: 11 cm;
- Carregador: Eletronic bivolt lítio;
- Carga da Caçamba: 454kg;
- Carga Máxima: 680kg;

#### VEÍCULO ELÉTRICO 02 LUGARES + RAMPA (PARA CADEIRANTE)



- Chassi: Fabricado em estrutura metálica com resistência estrutural e durabilidade, com tratamento anticorrosivo de alta performance;
- Motor: Elétrico de 48-v 3.3 HP / carregador eletrônico;
- Suspensão: Independente com feixes de molas;
- Painel de Instrução: Velocímetro; hodômetro; luz de indicação de Farol, seta indicadora de direção;
- Bateria: Lítio;
- Freios: A tambor nas rodas dianteiras;
- Pneus: 18 x 8.5-8.5;
- Carenagem: Em Armorflex (polímero resistente);
- Metragem do Veículo: 264 x 120x 174 cm;
- Metragem Cargo Box: 107 x 78 x 20cm;
- Raio de giro: 2.3 m;
- Altura em relação ao solo: 12.4 cm;

- Peso Seco: 300 kg;
- Velocidade: 03 níveis de velocidade;
- Frenagem: 03 níveis de frenagem;
- Arrancada: 03 níveis de arrancada;
- Toldo estendido;
- Para-brisa bipartido.

## VEÍCULO ELÉTRICO 08 LUGARES



- Chassi: Fabricado em estrutura metálica com resistência estrutural e durabilidade, com tratamento anticorrosivo de alta performance;
- Motor: Elétrico de 3.7 HP 48-v IQ SYSTEM
- Suspensão: Independente com feixes de molas
- Velocidade: 03 níveis de velocidade
- Frenagem: 03 níveis de frenagem
- Arrancada: 03 níveis de arrancada
- Controlador: Curtis AC;
- Bateria: Lítio;
- Freio: A tambor nas 4 rodas
- Pneus: 18 x 8.50-8
- Metragem do Veículo: 398.8 x 120.1 x 121.9 cm
- Carenagem: Em Armorflex (polímero resistente)
- Painel de Instrução: Velocímetro; hodômetro; luz de indicação de Farol, seta indicadora de direção;
- Raio de Giro: 4.8 m
- Altura em relação ao solo: 11.4 cm;
- Carregador: Eletronic bivolt lítio;
- Peso Seco: 325 kg;









### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4 Os serviços contratados não englobam o fornecimento de materiais de consumo, exceto aqueles estritamente necessários à execução do objeto, os quais deverão ser integralmente disponibilizados pela Contratada, sem ônus adicional para a administração.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1 a alocação dos veículos, reposição de peças e as manutenções preditivas, preventivas e corretivas dos veículos alocados, conforme relacionados na tabela abaixo.

Veículos Elétricos	Descrição	Quantidade de Veículos	Imagem Ilustrativa
	Veículo Elétrico 6 lugares	2	
	Veículo Elétrico 4 lugares + Caçamba 200kg	22	
	Veículo Elétrico 02 lugares + Caçamba 500kg	10	
	Veículo Elétrico 02 lugares + Graneleiro 500kg	13	
	Mini Ônibus Elétrico	1	
	Veículo Elétrico 02 Lugares + Rampa (para Cadeirante)	1	
	Veículo Elétrico + Graneleira Longa	4	
	Veículo Elétrico 8 lugares	4	
<b>Total</b>		<b>57 Veículos</b>	

5.5.2 Veículos ou equipamentos bloqueados, aguardando peças e/ou conserto, ainda que estejam dentro do Campus, serão considerados paralisados e, portanto, não aptos para efeito de pagamentos.

### Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7 O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução do contrato.

6.8 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada, de forma contínua e efetiva, por um ou mais fiscais designados, titulares e substitutos, formalmente designados por portaria.

### **Fiscalização Técnica**

6.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11 O fiscal técnico deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, fixando prazo para sua correção.

6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, as situações que demandarem decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as providências cabíveis.

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.16 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1 Verificação das condições dos veículos;

6.16.2 Emissão das Ordem de Serviço;

6.16.3 Controle da execução conforme os parâmetros definidos, e

6.16.4 Apuração e controle do atendimento às requisições dos serviços.

6.17 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

6.18 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.21.1 Verificação das condições de habilitação, mês a mês, da contratada.

### **Gestor do Contrato**

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.22.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7 CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Disponibilidade dos veículos e condições técnicas;

7.4.2. Cumprimento das exigências contratuais;

7.4.3. Avaliação via IMR (Instrumento de Medição de Resultados).

## **Do recebimento**

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório do objeto do contrato sob os aspectos técnico e administrativo.

7.10 Para efeito de recebimento provisório, será considerado o período mensal, para fins de faturamento.

7.11 Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12 Será considerado ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo correspondente ou, havendo mais de um, com a entrega do último.

7.13 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções.

7.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à quantidade, qualidade ou dimensão, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, e comunicada à empresa a emissão da Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa para liquidação e pagamento.

7.20 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético - profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.22 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.

7.23 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar;
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30 Persistindo a irregularidade, o contratante adotará as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurada ampla defesa ao contratado.

7.31 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão efetuados normalmente até decisão final sobre rescisão, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.32 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA* de Correção monetária.

7.33.1 Justificativa: A utilização do índice de correção monetária IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo justifica-se por ser o indicador oficial adotado pelo Banco Central do Brasil para aferição da variação da inflação e o mais adequado para atualização monetária de contratos administrativos que envolvem serviços sem vínculo com insumos específicos ou tarifas públicas. Além disso, trata-se de índice de ampla aceitação em contratações públicas, conforme recomendações da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), por refletir de forma geral o comportamento dos preços ao consumidor na economia brasileira.

### **Forma de pagamento**

7.34 O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, para crédito em conta bancária indicada pelo contratado.

7.35 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1 Independentemente do percentual informado na planilha, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Reajuste**

7.38 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado em julho de 2025.

7.39 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de *Preço ao Consumidor Amplo - IPCA* de correção monetária exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39.1 Justificativa: A utilização do índice de correção monetária IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo justifica-se por ser o indicador oficial adotado pelo Banco Central do Brasil para aferição da variação da inflação e o mais adequado para atualização monetária de contratos administrativos que envolvem serviços sem vínculo com insumos específicos ou tarifas públicas. Além disso, trata-se de índice de ampla aceitação em contratações públicas, conforme recomendações da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), por refletir de forma geral o comportamento dos preços ao consumidor na economia brasileira.

7.40 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).

7.42 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45 O reajuste será realizado por apostilamento.

## **Cessão de crédito**

7.46 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2 % (zero virgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

*8.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.4.2.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.4.2.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.



8.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9 FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO**

### **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

#### **Regime de Execução**

9.2 O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

#### **CrITÉrios de aceitabilidade de preços**

9.3 Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será: **(global)**.

9.3.1 custos unitários relevantes: itens.

#### **Exigências de habilitação**

9.4 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

##### **Habilitação jurídica**

9.5 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12 Sociedade cooperativa: Não será aceita a participação de Cooperativas.

9.12.1 Justificativa I: Considerando a especificidade do objeto da presente licitação, que envolve o fornecimento e a manutenção integral de veículos elétricos, torna-se imprescindível garantir a responsabilidade única e direta pela

execução completa dos serviços contratados. A participação de sociedades cooperativas, cuja estrutura operacional e de gestão coletiva pode dificultar o controle e a uniformidade na prestação dos serviços, não atende às exigências técnicas e operacionais estabelecidas; e

9.12.2 Justificativa II: Além disso, a complexidade da gestão dos veículos, a necessidade de padronização e o atendimento integral às cláusulas contratuais demandam uma estrutura organizacional com capacidade comprovada para responder pela totalidade do objeto, o que justifica a exclusão das cooperativas como licitantes neste certame, em conformidade com o princípio da eficiência administrativa previsto no art. 37 da Constituição Federal e demais legislações correlatas.

9.13 Consórcio de empresas: Não será aceita a participação de Consórcios.

9.13.1 Justificativa: Não será aceito consórcio de empresas devido à especificidade e à complexidade técnica exigida para o fornecimento e manutenção integral dos veículos elétricos, assim como ao valor financeiro considerado moderado do contrato, a participação de consórcios não é adequada para esta contratação. A exigência de responsabilidade única e direta pela execução total do objeto requer que a licitação seja destinada exclusivamente a empresas individuais, garantindo maior controle, eficiência e simplificação administrativa, em consonância com o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal.

9.14 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou das consolidações respectivas.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.23 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A1] :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.26 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **Qualificação Técnica**

9.29. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.29.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1 Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 01 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.30.1.2 contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo a ser fornecido, que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo, no mínimo 28 veículos;

9.30.1.2.1 A exigência justifica-se em razão da complexidade e especificidade do objeto, que demanda a gestão, que é a disponibilização e manutenção de frota de 57 (cinquenta e sete) veículos elétricos de diversos portes e configurações, destinados a atender de forma contínua as demandas institucionais da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ). Trata-se de medida indispensável para garantir que a licitante possua expertise operacional consolidada e capacidade comprovada para atender integralmente às necessidades contratuais, mitigando riscos de paralisação ou execução inadequada dos serviços, conforme preconizado no art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

9.30.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.30.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.30.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.31. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.32. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.33 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.34. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizado pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1 O custo estimado total da contratação, que é o valor máximo aceitável pela Administração para fins de adjudicação, é de R\$ 3.918.621,64 (três milhões, novecentos e dezoito mil, seiscentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

## **11 ADQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**Subunidade:** Coordenação de Serviços Operacionais

I) **Projeto:** 0032.2000.565 .00027 - Proc: 222/2025-11 - Serviço de Locação de Veículos Elétricos  
II) **Iniciativa/Programa Temático:** 0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.  
III) **Ação Orçamentária:** 2000 Administração da Unidade de Custeio.  
IV) **Finalidade:** 565 Gestão Administrativa.  
V) **Programa de Trabalho:** 10122003220000033  
VI) **Fonte de Recurso:** 1002000000 - LOA Corrente  
VII) **Elemento de Despesa:** 339033 - Passagens e Desp. com Locomoção  
VIII) **Subelemento:** 339033-03 – Locação de Despesas de meios de Transporte  
IX) **Classe:** 732; **Cód PDM:** 4014; **DFD:** 230/2024; **Contratação:** 176/2025.

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12 DISPOSIÇÕES FINAIS

### 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## 1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU**

Gestor do Contrato



Assinou eletronicamente em 14/11/2025 às 12:20:56.

**JORGE DE OLIVEIRA CARIUZ**

Fiscal do Contrato



Assinou eletronicamente em 14/11/2025 às 15:09:57.

**DAMAZIO DANIEL DE LIMA SANTOS**

Fiscal Substituto do Contrato



*Assinou eletronicamente em 14/11/2025 às 12:11:13.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Vistoria.pdf (34.64 KB)
- Anexo II - Anexo II - Acordo de nivel de servico - IMR.pdf (182.63 KB)
- Anexo III - Anexo III - Estudo Tecnico Preliminar.pdf (1.04 MB)

## **Anexo I**

### **ATESTADO DE VISTORIA**

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO para contratação do serviço de **locação de veículos elétricos** para a COGIC - Coordenadoria-Geral de Infraestrutura dos Campi - Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, que a licitante \_\_\_\_\_ representada legalmente por (nome completo) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, instalada no endereço \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_, compareceu nesta data, no Campus Fiocruz Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ e tomou conhecimento das condições ambientais e técnicas que condicionam a prestação dos serviços alvo desta contratação.

Durante a vistoria supracitada, a empresa inspecionou o local a ser executado os serviços e o uso dos equipamentos a serem disponibilizados.

### **DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA**

Concordamos com os termos da declaração acima, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e declaramos capacitados a elaborar nossa proposta para a licitação.

Local e data:

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

Nota: A empresa ou consórcio deverá anexar a esta declaração documento comprobatório da competência da assinatura de seu representante como representante legal.



**INSTRUÇÃO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR**
**LOCAÇÃO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS**
**Parâmetros de Avaliação dos Serviços Prestados**
**Pontuação Aplicada**
*Marque sua resposta com um "X"*
**Disponibilidade Contratual**
**1. A contratada está disponibilizando o percentual de veículos previsto no contrato para uso durante o período avaliado?**
*(Considere a conformidade com a quantidade, prazos e condições estabelecidas contratualmente)*
☐ Superou a Expectativa

☐ Atendeu Totalmente

☐ Atendeu Parcialmente

☐ Não Atendeu

**pontos**
**#VALOR**
**Tempo de Resposta para Manutenção Corretiva**
**2- Qual tem sido o tempo médio entre a solicitação de reparo e o início da manutenção corretiva por parte da contratada?**
*(Considere a agilidade no atendimento após a abertura da solicitação)*
☐ Superou a Expectativa

☐ Atendeu Totalmente

☐ Atendeu Parcialmente

☐ Não Atendeu

**pontos**
**#VALOR**
**Cumprimento do Cronograma de Manutenção Preventiva**
**3. A contratada está realizando as manutenções preventivas dentro dos prazos previstos no contrato?**
*(Considere o percentual de manutenções executadas tempestivamente em relação ao cronograma contratual)*
☐ Superou a Expectativa

☐ Atendeu Totalmente

☐ Atendeu Parcialmente

☐ Não Atendeu

**pontos**
**#VALOR**
**Substituição de Veículo Imobilizado**
**4. A contratada está realizando as substituições dos veículos dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência (05 dias corridos, contados da data de imobilização)?**
*(Considere o percentual de substituições efetuadas no prazo após solicitação por falha, defeito ou indisponibilidade)*
☐ Superou a Expectativa

☐ Atendeu Totalmente

☐ Atendeu Parcialmente

☐ Não Atendeu

**pontos**
**#VALOR**
**Acessibilidade e Segurança**
**5. Os veículos disponibilizados estão em conformidade com os requisitos de acessibilidade e segurança estabelecidos no Termo de Referência?**
*(Considere o atendimento integral aos itens obrigatórios de acessibilidade e segurança descritos no TR)*
☐ Superou a Expectativa

☐ Atendeu Totalmente

☐ Atendeu Parcialmente

☐ Não Atendeu

**pontos**
**#VALOR**
**Conformidade Ambiental e Sustentabilidade**
**6. A contratada adota práticas sustentáveis e está em conformidade com as normas ambientais aplicáveis, incluindo o descarte correto de resíduos (ex: baterias, pneus, peças) e manutenção ambientalmente responsável dos veículos?**
*(Considere evidências de boas práticas ambientais, conformidade legal e ações que minimizem impactos ao meio ambiente)*
☐ Superou a Expectativa

☐ Atendeu Totalmente

☐ Atendeu Parcialmente

☐ Não Atendeu

**pontos**
**#VALOR**
**Pontuação Total:**
**0**
**Percentual de Glosa**
**5%**
*Campo Digitável:*
**Valor da Fatura**
**R\$**
**-**
**Resultado % de Não Conformidade**
**0%**
**GLOSA A SER APLICADA**
**R\$ 0,00**
**Observações, apontamentos e/ou outras situações identificadas:**


**Legenda**

ÓTIMO	BOM	RUIM	PÉSSIMO
<i>Superou a Expectativa</i>	<i>Atendeu Totalmente</i>	<i>Atendeu Parcialmente</i>	<i>Não Atendeu</i>
9 a 10 pontos	6 a 8 pontos	3 a 5 pontos	0 a 2 pontos

# Estudo Técnico Preliminar 37/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 25389.000222/2025-11

## 2. Descrição da necessidade

O presente documento compõe o início da etapa da fase de planejamento da contratação e apresenta os estudos necessários para avaliar a viabilidade da locação de veículos elétricos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz / RJ (Fiocruz).

O objetivo central é analisar detalhadamente a necessidade da contratação, adotando uma estratégia administrativa voltada à racionalização de custos, ao aumento da eficiência e ao acesso contínuo a veículos modernos, seguros e ambientalmente sustentáveis. A iniciativa observa as normas vigentes e os princípios que regem a Administração Pública, além de fornecer os subsídios técnicos indispensáveis à elaboração do Termo de Referência, conforme previsto no parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020 (ETP Digital).

### Justificativa:

A Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC) é responsável pela gestão da Infraestrutura da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), sendo fundamental para o pleno funcionamento das unidades técnico - científicas, assistenciais, administrativas e de apoio. Sua missão institucional é prover soluções sustentáveis, inovadoras e eficientes em infraestrutura, promovendo qualidade e continuidade das atividades da Instituição.

Nesse contexto, a Coordenação de Serviços Operacionais (CSO), por meio do Serviço de Gestão de Apoio e Conservação (GAC), executa atividades contínuas que demandam logística interna ágil e segura, com o uso de equipamentos adequados, observando os critérios legais, ambientais e de segurança do trabalho. Entre essas atividades estão o apoio à manutenção predial, transporte de pessoas e materiais, atendimento a demandas institucionais de rotina e emergenciais, suporte a eventos e ações assistenciais e de pesquisa.

A locação de veículos elétricos justifica-se pela necessidade de otimizar a mobilidade interna no campus da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), situado em Manguinhos/RJ. Trata-se de uma área extensa, com estrutura física distribuída em múltiplas edificações e interligada por vias pavimentadas. A logística interna envolve o transporte contínuo de servidores, pacientes, visitantes, colaboradores, materiais e equipamentos entre unidades administrativas, laboratoriais, assistenciais e de apoio, demandando soluções de transporte que sejam ao mesmo tempo eficientes, sustentáveis e economicamente viáveis.

A composição da frota e a quantidade estimada de 60 (sessenta) veículos elétricos resultam de uma avaliação técnica fundamentada em levantamentos históricos e demandas apresentadas por diferentes unidades da Fiocruz, incluindo, entre outras, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), Casa de Oswaldo Cruz (COC), Coordenação-Geral de Administração (COGEAD), Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC), Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS),

Instituto Oswaldo Cruz (IOC), Presidência, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEPE), (ICTB), o Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos), o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), o Instituto Fernandes Figueira (IFF), a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) e a Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic) e Campus Mata Atlântica.

Cada modelo de veículo foi definido a partir das necessidades específicas de uso relatadas por essas unidades, considerando as diferentes rotinas operacionais, perfis de deslocamento, volumes de carga e número de passageiros. Assim, a frota proposta está segmentada da seguinte forma:

- Veículo Elétrico 6 lugares (2 unidades): destinado ao transporte institucional de servidores, visitantes e gestores em deslocamentos entre unidades, especialmente para reuniões e visitas técnicas que exigem maior conforto e capacidade simultânea de transporte de pessoas.

*Imagem ilustrativa:*



- Veículo Elétrico 4 lugares + Caçamba 200kg (22 unidades): voltado ao transporte misto de pessoal e pequenos volumes (como amostras laboratoriais, documentos, insumos leves). Ideal para serviços de apoio administrativo e logístico com alta rotatividade entre unidades de curta e média distância.

*Imagem ilustrativa:*



- Veículo Elétrico 2 lugares + Caçamba 500kg (10 unidades): com foco em operações de manutenção e de apoio técnico. A maior capacidade de carga permite o transporte de ferramentas, peças e materiais mais pesados.

*Imagem ilustrativa:*



- Veículo Elétrico 2 lugares + Graneleiro 500kg (13 unidades): voltado ao transporte seguro de materiais e equipamentos que necessitam estar protegidos contra intempéries. Atende especialmente às demandas laboratoriais, Farmanguinhos e setores com sensibilidade ao transporte de equipamentos delicados.

*Imagem ilustrativa:*



- Miniônibus Elétrico (5 unidades): utilizado para o deslocamento de grupos maiores, como visitantes institucionais, turmas de estudantes, equipes técnicas e mães com crianças atendidas pela Creche Fiocruz. Garante mobilidade coletiva com conforto, segurança e acessibilidade.

*Imagem ilustrativa:*



- Veículo Elétrico 2 lugares + Rampa para cadeirante (1 unidade): adaptado com rampa de acesso e sistema de fixação para cadeira de rodas. Atende à política de acessibilidade institucional e garante transporte seguro a pessoas com mobilidade reduzida.

*Imagem ilustrativa:*



- Veículo Elétrico com Graneleira Longa (7 unidades): direcionado ao transporte de materiais volumosos, como equipamentos laboratoriais, mobiliários e cargas em caixas de grandes dimensões. Atende demandas específicas da logística interna de obras e mudanças entre unidades.

*Imagem ilustrativa:*



A proposta está alinhada com as diretrizes da Fiocruz voltadas à sustentabilidade, eficiência operacional e responsabilidade socioambiental. O uso de veículos elétricos contribui para a redução da emissão de gases de efeito estufa, minimiza a poluição sonora e representa um avanço na modernização da infraestrutura de mobilidade interna do campus.

Diante do exposto, a contratação proposta é essencial para assegurar a continuidade e a eficiência das operações internas no campus da Fiocruz RJ, sendo indispensável ao suporte das atividades de apoio e fins da instituição.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Serviços Operacionais (CSO)	Fábio Henrique Cerqueira Abreu

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. A contratação pretendida deverá atender integralmente às normas legais e aos princípios que regem a Administração Pública, observando, em especial, os critérios de sustentabilidade, eficiência, acessibilidade e segurança previstos na legislação vigente. Nesse sentido, os requisitos a seguir foram definidos com o objetivo de garantir a adequada prestação do serviço, de modo continuado, seguro e ambientalmente responsável.
2. O Termo de Referência será elaborado com base na minuta padronizada da AGU, conforme determina o Ofício-Circular nº 021/2025/PF-FIOCRUZ, e com observância às diretrizes do Instrumento de Padronização de Procedimentos de Contratação (IPP), conforme recomendação da AGU e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.
3. A solução a ser contratada deverá observar os critérios de sustentabilidade constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, publicado pela Controladoria-Geral da União (CGU), incorporando práticas que minimizem os impactos ambientais ao longo de todo o ciclo de vida da prestação dos serviços.
4. A solução contratada deverá adotar ações que garantam a correta destinação dos resíduos gerados durante a execução do contrato, com especial atenção ao manejo de itens considerados perigosos, como baterias, pneus e peças substituídas. Tais resíduos deverão ser submetidos a logística reversa, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), bem como às Resoluções CONAMA nº 362/2005 e nº 416/2009, e demais normas ambientais pertinentes.
5. A solução deverá incluir tecnologias modernas, confiáveis e compatíveis com as necessidades institucionais, assegurando o uso de equipamentos atualizados, com painéis informativos, mecanismos de segurança e eficiência energética, bem como acessórios exigidos em norma (buzina, cinto de segurança, kit de iluminação, sirene de ré, entre outros).
6. Os veículos deverão estar em conformidade com as normas técnicas brasileiras (NBRs) aplicáveis e com os regulamentos do INMETRO e do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), especialmente no que se refere aos níveis de ruído, segurança veicular e eficiência energética.

7. No tocante à acessibilidade, os veículos destinados ao transporte de cadeirantes deverão possuir rampa de embarque/desembarque, espaço interno com sistema de fixação para cadeiras de rodas e demais características em conformidade com a ABNT NBR 9050, assegurando transporte seguro e humanizado a pessoas com mobilidade reduzida.

8. A solução contratada deverá também contemplar a capacitação adequada dos operadores, garantindo que todos os condutores estejam habilitados, treinados e aptos a conduzir os veículos com segurança e responsabilidade.

9. A solução contratada deverá cumprir todas as exigências previstas na Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 01/2010, no Decreto nº 10.936/2022, e no Decreto nº 7.746/2012, bem como observar as diretrizes da Fiocruz relativas à responsabilidade socioambiental.

Os requisitos mencionados visam assegurar que a contratação ocorra de forma planejada, eficiente e segura, promovendo a sustentabilidade institucional e o atendimento contínuo às necessidades operacionais da Fiocruz.

## 5. Levantamento de Mercado

Com o término da vigência do contrato atual de locação de veículos elétricos, faz-se necessário promover novo processo licitatório, de forma a assegurar a continuidade dos serviços de mobilidade interna nos campi da Fiocruz. A nova contratação visa não apenas manter o padrão de qualidade estabelecido na execução do contrato anterior, mas também aperfeiçoar as condições técnicas e operacionais do serviço, com foco na sustentabilidade, na inovação e na conformidade com a legislação vigente.

A experiência acumulada ao longo da execução contratual confirmou a viabilidade e os benefícios da locação de veículos elétricos como solução estratégica para as necessidades institucionais. Além de garantir maior eficiência logística, a medida está alinhada aos compromissos ambientais da Fiocruz, contribuindo diretamente para a redução das emissões de poluentes e para o uso racional de recursos naturais, em conformidade com a Política Nacional de Mobilidade Urbana e a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O Estudo Técnico Preliminar analisou diferentes cenários para atendimento da necessidade descrita no item 2 deste documento, identificando as soluções disponíveis no mercado e avaliando sua viabilidade técnica e operacional. As opções analisadas foram:

**Solução I – Locação de veículos elétricos por meio de empresa especializada:**

Essa solução prevê a contratação de empresa especializada na prestação do serviço de locação de veículos elétricos, incluindo o fornecimento dos equipamentos e a execução das manutenções preditiva, preventiva e corretiva. Esta é a modalidade atualmente adotada pela Administração Pública em diversos órgãos, por permitir que a contratada assuma integralmente a responsabilidade pela frota, sem que a contratante arque com os encargos de aquisição, manutenção, seguro, licenciamento e depreciação dos bens.

**Solução II – Aquisição de veículos elétricos com gestão interna pela Fiocruz:**

Esta alternativa implicaria a aquisição de toda a frota de veículos pela instituição, com a posterior responsabilidade pela sua gestão direta, o que incluiria a criação de estrutura administrativa, técnica e orçamentária voltada à manutenção, armazenagem, reposição de peças e controle de uso dos veículos. Trata-se de uma solução não recomendada, por representar maior custo global e menos flexibilidade na gestão do serviço.

**Análise das Soluções:**

A Solução I – locação por empresa especializada – se mostra mais vantajosa e alinhada aos princípios da economicidade, da eficiência e da sustentabilidade. A Administração Pública se beneficia da prestação do serviço por empresa especializada, sem a necessidade de mobilizar recursos próprios para aquisição, manutenção e renovação dos veículos, otimizando a alocação de seus recursos orçamentários e humanos.

Além disso, a contratação do serviço de locação permite constante atualização da frota, com uso de tecnologias mais recentes e menos impacto ambiental, especialmente no que se refere à emissão de gases poluentes e ao consumo energético.

**Pesquisa de mercado:**

Foi verificado que a locação de veículos elétricos tipo “carrinho” é uma prática em que vem se consolidando no setor público, entretanto, com poucos certames específicos voltados exclusivamente a esse objeto. No entanto, a viabilidade da contratação por pregão eletrônico, com base na Lei nº 14.133/2021, é juridicamente segura e operacionalmente viável, sendo compatível com as diretrizes atuais de sustentabilidade e eficiência da Administração Pública.

Embora não tenham sido localizados certames recentes (2024) com exatamente o mesmo objeto, identificou-se a presença de fornecedores especializados no mercado nacional, conforme cotações obtidas. Isso demonstra que o serviço tem oferta suficiente para garantir a competitividade e a economicidade exigidas na contratação.

**Análise Complementar:**

Durante a pesquisa de mercado e análise de soluções, também foi avaliada a alternativa de veículos elétricos equipados com sistemas de geração de energia fotovoltaica embarcada. Essa tecnologia consiste na instalação de painéis solares diretamente sobre os veículos, com a finalidade de complementar a recarga das baterias por meio de energia solar. Trata-se de uma solução inovadora e alinhada aos princípios da sustentabilidade, trazendo potencial para maior autonomia e menor dependência da rede elétrica convencional.

Entretanto, verificou-se que essa tecnologia ainda se encontra em fase de desenvolvimento no Brasil, sem ampla disponibilidade comercial, com poucas unidades operacionais, alta complexidade de manutenção e elevado custo de aquisição ou locação. Além disso, estudos de desempenho prático indicam que, nas atuais condições tecnológicas, os sistemas fotovoltaicos embarcados são capazes de gerar apenas uma fração da energia necessária para a operação dos veículos, não sendo suficientes, isoladamente, para atender à demanda diária de uso institucional. A recarga solar gera, no máximo, de 10% a 30% da energia diária necessária, dependendo da incidência solar, área dos painéis e uso.

Dessa forma, embora reconhecida como alternativa ambientalmente desejável e promissora para o futuro, conclui-se que a adoção de veículos elétricos com painéis solares incorporados não se mostra viável para a Fiocruz no momento, seja por questões técnicas, operacionais ou econômicas. Contudo, a instituição manterá o acompanhamento da evolução dessa tecnologia para futuras contratações, caso haja viabilidade e maturidade de mercado.

Imagem a seguir, de um carrinho elétrico equipado com placas solares:



**Resumo da Análise:**

- **Locação de veículos elétricos por empresa especializada:** Viável, economicamente vantajosa e sustentável. Permite atendimento da demanda com flexibilidade e atualização tecnológica contínua. Indicado para contratação via Pregão Eletrônico.
- **Aquisição de veículos com gestão própria:** Não viável. Exige estrutura administrativa e técnica própria, representa maior custo e menor adaptabilidade às variações da demanda.

Diante das análises realizadas, a locação por meio de empresa especializada configura-se como a solução mais apropriada para atender à demanda da Fiocruz de forma segura, eficiente, econômica e ambientalmente responsável.

A pesquisa de mercado e a análise das soluções apresentadas foram realizadas conforme os parâmetros definidos no art. 5º, §1º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, utilizando-se fontes oficiais e consultas a fornecedores especializados, com o objetivo de garantir a conformidade legal, a transparência e a eficiência do processo de planejamento da contratação.

## 6. Descrição da solução como um todo

Conforme descrito nos itens anteriores, a solução proposta consiste na prestação de serviço de locação de veículos elétricos tipo carrinhos utilitários, por meio de empresa especializada, com o objetivo de atender às demandas de mobilidade interna nos campi da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/RJ. A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, precedida da elaboração do respectivo Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para garantir o atendimento ao interesse público.

A presente solução se enquadra como contratação de serviços comuns, tendo em vista que os veículos elétricos ofertados e os serviços de locação possuem especificações padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, com parâmetros usuais de desempenho, qualidade e funcionamento, amplamente praticados pelos fornecedores do segmento.

Nesse contexto, a especificação técnica dos veículos, suas características operacionais, exigências de manutenção e demais condições contratuais estão detalhadas no item subsequente deste Estudo Técnico Preliminar (Estimativas de Quantitativos e Especificações Técnicas), com vistas a atender plenamente às necessidades operacionais da Coordenação de Serviços Operacionais – COGIC/Fiocruz.

A opção pela locação de veículos elétricos representa uma solução eficiente e vantajosa para a Administração Pública, pois transfere à contratada todos os encargos relacionados à aquisição, manutenção preventiva e corretiva, seguros, controle de frota, substituições e demais obrigações acessórias, assegurando a continuidade da prestação dos serviços sem custos adicionais de gestão para a contratante.

Ressalta-se que a solução está estruturada com base em princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, com destaque para a redução de emissões de carbono, diminuição da poluição sonora e incentivo ao uso de fontes renováveis de energia. Sempre que tecnicamente viável, poderá ser exigida a instalação de painéis fotovoltaicos para apoio à recarga dos veículos elétricos, promovendo maior autonomia energética e redução do impacto ambiental.

A sustentabilidade deve nortear as ações da Administração Pública, conforme preceitua o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, cabendo ao Estado e à coletividade o dever de proteger e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Assim, a solução adotada deverá contemplar, quando aplicável, exigências relativas a licenciamento ambiental e ao Cadastro Técnico Federal (CTF), conforme previsto na Lei Complementar nº 140/2011 e demais normativos ambientais pertinentes.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas









As quantidades informadas neste Estudo Técnico Preliminar são consideradas suficientes para atender, de forma adequada e contínua, às necessidades operacionais da Coordenação de Serviços Operacionais (CSO) no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz/RJ, tomando como referência as rotinas consolidadas de mobilidade interna e os registros de utilização dos contratos anteriores.

A estimativa contempla a **locação de 57 (cinquenta e sete) unidades** de veículos elétricos, distribuídas entre as principais unidades da Fiocruz/RJ, com base em critérios operacionais e de

proporcionalidade, visando assegurar o suporte necessário às atividades institucionais de forma racional e eficiente.

Ressalta-se que, embora tenha sido formalizada solicitação (Id. Sei 5159185) adicional por parte da Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA) para a inclusão de 03 (três) carrinhos elétricos do tipo graneleira longa, a referida demanda não foi incorporada à presente contratação, em razão de restrições orçamentárias vigentes. A proposta permanecerá em análise interna, podendo ser considerada futuramente por meio de contratação complementar, termo aditivo ou eventual incorporação a outro objeto contratual.

Dessa forma, o quantitativo definido neste Estudo visa compatibilizar as necessidades institucionais com a disponibilidade orçamentária atual, conforme tabela a seguir:

Veículos Elétricos	Descrição	Quantidade de Veículos	Imagem Ilustrativa
	Veículo Elétrico 6 lugares	2	
	Veículo Elétrico 4 lugares + Caçamba 200kg	22	
	Veículo Elétrico 02 lugares + Caçamba 500kg	10	
	Veículo Elétrico 02 lugares + Graneleiro 500kg	13	
	Mini Ônibus Elétrico	1	
	Veículo Elétrico 02 Lugares + Rampa (para Cadeirante)	1	
	Veículo Elétrico + Graneleira Longa	4	
	Veículo Elétrico 8 lugares	4	
<b>Total</b>		<b>57 Veículos</b>	

Assim, a contratação estimada contempla não apenas o atendimento das demandas correntes, mas também a flexibilidade operacional necessária para absorver variações sazonais e imprevistos, garantindo a efetividade da solução proposta ao longo da vigência contratual.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 3.918.621,64

A estimativa do valor da contratação foi elaborada a partir do preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, com base em preços referenciais obtidos conforme as metodologias previstas no artigo 5º, §1º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, a saber:

- Consulta a processos licitatórios divulgados por outros órgãos e entidades da Administração Pública;
- Pesquisa direta com empresas prestadoras do serviço objeto da contratação;
- Consulta ao Painel de Preços do Governo Federal – Análise de Serviços (<http://paineldeprecos.planejamento.gov.br/analise-servicos>).

Foram priorizadas fontes oficiais de governo e contratações similares realizadas no âmbito da Administração Pública, conforme estabelece a normativa. No entanto, devido à especificidade do objeto, foi identificado apenas 1 (um) processo de dispensa de licitação com características equivalentes no Sistema Comprasnet, não sendo localizados pregões eletrônicos efetivamente similares ou análogos à presente contratação.

Diante disso, a Fundação Oswaldo Cruz baseou-se nas cotações obtidas diretamente com empresas especializadas, chegando à estimativa de valor mensal de R\$ 296.865,28 (Duzentos e noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos).

Adicionalmente, como boa prática administrativa e com base no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, adotou-se como referência metodológica os parâmetros orientadores de pesquisa de preços constantes no Painel de Preços do Governo Federal, bem como as diretrizes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por meio da Iniciativa de Pesquisa Pública – IPP, promovendo maior transparência, eficiência e aderência às normas vigentes.

As pesquisas de mercado utilizadas para esta estimativa encontram-se anexas a este Estudo Técnico Preliminar, acompanhadas das respectivas cotações dos prestadores de serviço consultados.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando as características do objeto — **locação de veículos elétricos** destinados ao atendimento de demandas internas nos campi da Fiocruz/RJ —, conclui-se que não é recomendável o parcelamento da solução, pelas seguintes razões técnicas, operacionais e econômicas:

- **Unidade operacional do serviço:** A execução do contrato exige padronização dos veículos, manutenção centralizada, atendimento técnico ágil e gestão operacional unificada, o que se torna inviável caso haja múltiplos fornecedores.
- **Racionalização dos custos:** O fracionamento poderia resultar em aumento dos custos operacionais, tanto para a Administração quanto para os fornecedores, devido à perda de escala, à duplicidade de estruturas de suporte, logística e manutenção preventiva e corretiva.
- **Garantia da padronização técnica e visual:** A utilização de veículos com características distintas comprometeria a uniformidade operacional, além de impactar negativamente na imagem institucional, na logística e na segurança das operações internas.
- **Gestão contratual mais eficiente:** A existência de um único contrato favorece a fiscalização, o controle dos serviços e o acompanhamento do desempenho, minimizando riscos contratuais.
- **Atendimento à sustentabilidade:** A adoção de veículos elétricos, com características padronizadas e compatíveis, é fundamental para garantir o cumprimento dos requisitos de sustentabilidade ambiental e de eficiência energética, alinhados às diretrizes institucionais da Fiocruz e aos normativos de contratações sustentáveis.

Diante do exposto, verifica-se que o objeto apresenta natureza indivisível sob o ponto de vista técnico-operacional, de modo que a divisão em lotes ou parcelas comprometeria a economicidade, a eficiência e a padronização dos serviços prestados. Assim, justifica-se a contratação de forma única e integral, observando-se o interesse público, a economicidade e a efetividade da solução proposta.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Após análise, não foram identificadas contratações interdependentes que impactem ou condicionem a execução do objeto ora demandado.

Todavia, a presente contratação mantém relação de complementariedade com outras contratações em andamento na instituição, especialmente aquelas vinculadas às áreas de:

- Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental;
- Manutenção predial e serviços de apoio logístico;
- Fornecimento de energia elétrica, inclusive proveniente de fontes renováveis (energia solar);
- Serviços administrativos de apoio às atividades operacionais internas.

Essas contratações, embora complementares sob a ótica da logística, sustentabilidade e eficiência operacional, não possuem caráter de interdependência técnica ou contratual direta, sendo gerenciadas de forma autônoma e não condicionando a execução da presente demanda.

Portanto, não há necessidade de processamento conjunto ou vinculação formal a outros contratos vigentes.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A previsão para a execução deste serviço, conforme a descrição da necessidade, está alinhada aos planos institucionais da Fiocruz, devidamente contemplada no Planejamento Orçamentário Anual da COGIC e no Sistema de Planejamento e Gestão de Contratações (SPGC) para o exercício de 2025, conforme registrado no DFD nº 230/2024 e no detalhamento apresentado a seguir:

### Dados do projeto:

**Subunidade:** Coordenação de Serviços Operacionais

**Projeto:** 0032.2000.565 .00027 - Proc: 222/2025-11 - Serviço de Locação de Veículos Elétricos

**Iniciativa/Programa Temático:** 0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.

**Ação Orçamentária:** 2000 Administração da Unidade de Custeio.

**Finalidade:** 565 Gestão Administrativa.

**Programa de Trabalho:** 10122003220000033

**Fonte de Recurso:** 1002000000 - LOA Corrente

**Elemento de Despesa:** 339033 - Passagens e Desp. com Locomoção

**Subelemento:** 339033-03 – Locação de Despesas de meios de Transporte

**Classe:** 732

**Cód PDM:** 4014

**DFD:** 230/2024

**Contratação:** 176/2025

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

1. **Sustentabilidade Ambiental:** Redução da emissão de gases poluentes alinhando-se às diretrizes de sustentabilidade da Fiocruz, às políticas ambientais nacionais e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
2. **Eficiência Operacional:** Melhoria na logística interna, com transporte mais ágil, seguro e adequado às necessidades recorrentes das unidades técnicas, administrativas e de serviços gerais.
3. **Padronização e Modernização da Frota:** Disponibilização de veículos com tecnologia atualizada, que atendem aos requisitos de desempenho, segurança, acessibilidade e conforto, além de promover a padronização visual e operacional da frota institucional.
4. **Redução de Custos Operacionais:** Diminuição dos custos relacionados à manutenção, combustível e gestão de frota própria, uma vez que os custos operacionais e manutenções preventivas e corretivas são de responsabilidade da contratada.
5. **Previsibilidade Orçamentária:** A contratação na modalidade de locação permite um melhor controle e planejamento dos custos, uma vez que os valores são fixados contratualmente, sem surpresas decorrentes de despesas variáveis de manutenção ou depreciação de ativos.
6. **Atendimento às Diretrizes de Contratações Sustentáveis:** Adoção de práticas que favorecem o desenvolvimento sustentável, conforme previsto no artigo 11 da Lei nº 14.133/2021 e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
7. **Fomento à Mobilidade Sustentável:** Contribuição direta para a implementação e fortalecimento de ações institucionais voltadas à mobilidade sustentável dentro dos campi da Fiocruz.
8. **Maior Disponibilidade Operacional:** A utilização de veículos novos, com assistência técnica garantida, proporciona alta disponibilidade dos veículos, minimizando paralisações e impactos às atividades operacionais.

Dessa forma, a contratação trará benefícios concretos para a instituição, tanto sob a ótica da sustentabilidade quanto da eficiência operacional, garantindo melhores condições de trabalho, segurança, agilidade e cumprimento dos objetivos institucionais da Fiocruz.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Em consonância com o disposto no art. 20, §2º da Lei nº 14.133/2021 e no art. 18 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2020, as seguintes providências deverão ser adotadas para a continuidade do processo de contratação:

- Elaboração e aprovação do Termo de Referência (TR), contendo todos os elementos técnicos e administrativos necessários à contratação, conforme os parâmetros definidos neste Estudo Técnico Preliminar;

- Abertura de processo licitatório por meio do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br), observando-se a modalidade e o tipo de licitação mais adequados, em especial as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- Inclusão da contratação no Plano Anual de Contratações da Fiocruz (PAC), conforme diretrizes de planejamento institucional;
- Consulta e manifestação da Assessoria Jurídica quanto à minuta do edital e do contrato, conforme previsto no art. 53 da Lei nº 14.133/2021;
- Autorização da autoridade competente para a deflagração do processo licitatório;
- Divulgação do edital e tramitação das etapas licitatórias, conforme cronograma a ser estabelecido pela unidade demandante;
- Preparação da equipe de fiscalização contratual, com designação formal de fiscais técnico e administrativo, conforme exigência do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

As ações descritas visam assegurar a regularidade, a eficiência e a legalidade do processo de contratação, garantindo a continuidade dos serviços de mobilidade elétrica interna nos campi da Fiocruz RJ, em conformidade com os princípios da administração pública e da sustentabilidade ambiental.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

A locação de veículos elétricos, embora represente uma alternativa mais sustentável em relação aos veículos movidos a combustíveis fósseis, poderá acarretar impactos ambientais que devem ser considerados e mitigados ao longo da execução contratual.

Entre os possíveis impactos associados a esta contratação, destacam-se:

- Geração de resíduos sólidos perigosos, como baterias ao final da vida útil, que exigem destinação final ambientalmente adequada, sob risco de contaminação do solo e dos recursos hídricos;
- Descarte de pneus, peças automotivas e demais componentes, que devem seguir as normas de logística reversa e destinação ambientalmente segura, conforme legislação específica (ex: Resolução CONAMA nº 416/2009 e Lei nº 12.305/2010);
- Aumento da demanda por energia elétrica da rede convencional, considerando que os modelos de veículos elétricos atualmente disponíveis para contratação não possuem sistema de geração fotovoltaica embarcado. Tal incremento poderá impactar o consumo energético institucional e deve ser monitorado no âmbito do Plano de Logística Sustentável (PLS);
- Impactos ambientais associados ao ciclo de vida dos veículos, abrangendo as etapas de fabricação, transporte e descarte, as quais envolvem extração de recursos naturais e emissão de carbono;
- Intervenções físicas para instalação de infraestrutura de recarga, caso necessária, o que poderá gerar resíduos de obra e interferência temporária em áreas comuns dos campi da Fiocruz.



Dessa forma, será fundamental que a contratada assuma, por meio de cláusulas específicas, a responsabilidade pela correta destinação de resíduos gerados, especialmente baterias, pneus e componentes, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e demais normativos ambientais vigentes.

A Coordenação de Serviços Operacionais (CSO), por sua vez, adotará medidas de controle e monitoramento dos impactos, garantindo que a contratação mantenha sua coerência com os princípios de sustentabilidade institucional.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável e necessária para assegurar a continuidade das atividades de mobilidade interna nos campi da Fiocruz RJ. A locação de veículos elétricos representa a solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e ambiental, em consonância com o disposto no art. 20, §1º, incisos I a IV da Lei nº 14.133/2021, que orienta a escolha da solução mais vantajosa para a Administração. A alternativa evita imobilização de capital, reduz impactos ambientais e está alinhada ao planejamento institucional e ao Plano de Logística Sustentável da Fundação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU**

Presidente da Equipe



*Assinou eletronicamente em 21/07/2025 às 13:18:27.*

**JORGE DE OLIVEIRA CARIUZ**

Integrante Requisitante



*Assinou eletronicamente em 21/07/2025 às 15:07:43.*



Descrição		Código CATSERV	Unidade de Medida	Qtd.	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
1	Veículo Elétrico 6 lugares	4014	UN	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2	Veículo Elétrico 4 lugares + Caçamba 200kg	4014	UN	22	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3	Veículo Elétrico 02 lugares + Caçamba 500kg	4014	UN	10	R\$ -	R\$ -	R\$ -
4	Veículo Elétrico 02 lugares + Graneleiro 500kg	4014	UN	13	R\$ -	R\$ -	R\$ -
5	Mini Ônibus Elétrico	4014	UN	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6	Veículo Elétrico 02 Lugares + Rampa Cadeirante) (para	4014	UN	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
7	Veículo Elétrico + Graneleira Longa	4014	UN	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
8	Veículo Elétrico 08 lugares	4014	UN	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
						R\$ 0,00	R\$ 0,00

Percentual de 10% do valor global do contrato para fins de manutenção, reparo ou adequações técnicas dos veículos elétricos.  
Item 7 deste Termo de Referência (Critério de Medição e Pagamento).

10%	R\$ 0,00
-----	----------

R\$ 0,00
----------



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Diretoria de Administração do Campus

**Proposta Pró-Forma**

Emitida em: 22/09/2025

Documento: **PR00014/2025-COGIC** Processo: **25389.000222/25-11**  
Data da Licitação: // Hora da Licitação: :  
Proponente: Telefone:  
Endereço: Fax:  
Bairro: Cidade:  
UF: CEP:  
CNPJ/MF Insc. Estadual:  
Banco: Agência: Conta Bancária:  
Inscrição no SIMPLES: [ ] SIM [ ] NÃO  
Validade da Proposta:  
Prazo de Entrega:

---

**ITENS****Item 1**

Contratação de Serviço Locação de Veículos Elétricos para atender as demandas dos campi Fiocruz RJ -  
**Unidade: serv. - Quantidade: 1.**

Valor Unitário: R\$ \_\_\_\_\_ Marca/Procedência: \_\_\_\_\_  
Valor Total: R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ )  
\_\_\_\_\_ )

---

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Av. Brasil, 4365 – Manguinhos - CEP:21040-360 - PABX: (21)2209-2020  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

## TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Pelo presente Termo, a empresa \_\_\_\_\_ (razão social, CNPJ, endereço) neste ato representada pelo seu representante legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF e RG), da empresa assume o compromisso de manter o mais absoluto sigilo sobre qualquer informação a que tiver acesso relacionado às pesquisas e serviços desenvolvidos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Para tanto, declara e se obriga:

A manter sigilo, tanto escrito como verbal, ou, por qualquer outra forma, de todos os dados, informações científicas e técnicas e, sobre todos os materiais obtidos, tais como: operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos esquema industrial, patentes, biológicos, técnicas, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, processos, projetos, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados na atividade desenvolvida e sobre qualquer outra tecnologia, relacionados a sua participação;

A não revelar, repassar, gravar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, de dados, informações científicas ou materiais obtidos com sua participação, sem a prévia análise da Coordenação da Gestão Tecnológica/GESTEC - VPPIS, sobre a possibilidade de proteção, nos órgãos especializados, dos resultados ou tecnologia envolvendo aquela informação;

A não tomar, sem autorização da Instituição, qualquer medida com vistas a obter para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectuais relativos às informações sigilosas a que tenham acesso.

A ciência que todos os documentos, inclusive o caderno de protocolo, contendo dados e informações relativas a qualquer pesquisa são de propriedade dos Laboratórios da Instituição.

A concordância que todos os materiais, sejam biológicos, modelos, protótipos e/ou outros de qualquer natureza pertencem aos Laboratórios da Instituição, sendo vedada a apropriação de qualquer material ou tecnologia seja ele confidencial e sigiloso ou não.

A obrigação de ressarcir a Fundação Oswaldo Cruz na forma da lei na ocorrência de qualquer dano ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tomada de conhecimento público pela Fundação Oswaldo Cruz ou outra pessoa mediante expressa autorização escrita.

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, e o seu não cumprimento acarretará sanções judiciais de ordem penal civil e administrativa contra seus transgressores.

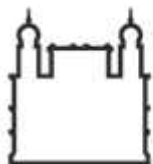
Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro-RJ e com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Boletim de Serviço Eletrônico em 10/06/2024

**COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA Nº 185, de 10 de junho de 2024

A Coordenadora Geral de Administração, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.978 de 01/08/2017 – DOU 02/08/2017,

**RESOLVE:****1. PROPÓSITO**

Art. 1º Estabelecer no âmbito da Fiocruz, as infrações, da praticadas durante os procedimentos licitatórios e os subsequentes à sessão competitiva, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a dosimetria na aplicação da sanção, com dolo ou culpa:

I. O licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro e equipe de apoio/Comissão de Licitações durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

III. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

a) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Fiocruz;

IV. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V. fraudar a licitação.

VI. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- VII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);

Art. 2º Com base no art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Fiocruz poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. impedimento de licitar e contratar e

III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Art.3º Na aplicação das sanções estabelecidas no Art. 2º, desta Portaria serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

I. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

II. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas, quando não se justificar, que impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, na forma estabelecida no art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

III. caberá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas em edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, na forma prevista no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

IV. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Art. 4º Com base na [Lei nº 14.133, de 2021](#), poderá ser aplicada aos licitantes e/ou adjudicatários, garantida a prévia defesa, a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até **04(quatro)meses** sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.



Art. 5º As penas previstas no art. 4º desta portaria, poderão ser substituída por penalidade menos gravosa de **Advertência**, caso o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência de quaisquer condutas tipificadas na presente norma, ocorrido em procedimentos licitatórios e que não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 6º A pena prevista no art. 4º desta portaria, poderá ser **reduzida** em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 7º Deverão ser consideradas e avaliadas as seguintes **atenuantes**:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

d) A penalidade a que se refere ao Art. 4º desta portaria será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se ainda, cumulativamente, que:

- A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

- O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

- O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

Art. 8º A sanção prevista no art. 4º poderá ser **majorada** em 50% (cinquenta por cento), para cada *agravante*, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

a) Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

d) Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 9º Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 60(sessenta)meses, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 10º A aplicação das penas previstas nesta portaria não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração.

Art. 11º Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório,

o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

Art. 12º No estabelecimento da pena, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nesta portaria. O cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores para majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no caput do Art. 6º para redução da pena.

Art. 13º Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte de todos os editais de licitação na como um de seus Anexos publicados por todas as Unidades da Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação de parecer jurídico da Procuradoria Federal.

Art. 14º A Autoridade Competente formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

## 2. VIGÊNCIA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e REVOGA a Portaria nº 150/2019-Cogead.

**Flávia Silva**  
**Coordenadora Geral de Administração**  
**FIOCRUZ**



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA SILVA, Coordenador(a) Geral de Administração**, em 10/06/2024, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3945213** e o código CRC **8B371FA9**.

Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto (conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017);

AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUES NO PAGAMENTO MENSAL E DE RETENÇÃO E UTILIZAÇÃO DA GARANTIA (a ser preenchido no momento da assinatura do contrato).

#### CONTRATO N° XXXX

\_\_\_\_\_ (identificação do), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_ (nome do), portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, AUTORIZA, para os fins da Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES, e dos dispositivos do Edital:

que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidos aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, Instrução Normativa SEGES nº 05/2017;

que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conforme da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017;

que os valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS sejam retidos na fatura e depositados diretamente nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados na execução do contrato, observada a legislação específica, e conforme Instrução Normativa SEGES nº 05/2017; que a Contratante utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a Contratada não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme Instrução Normativa SEGES nº 5/2017.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

(assinatura do representante legal do licitante).

## AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº XXXX

\_\_\_\_\_, (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, AUTORIZA o(a) (Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. XXX/20XX:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa (indicar o nome da empresa) junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) (Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

Nota explicativa: A assinatura desta “Autorização Complementar” deve ser precedida da solicitação de abertura da conta-depósito para a Instituição Financeira com quem se tenha firmado Termo de Cooperação Técnica e é condição para a celebração do contrato.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

....., ..... de..... de 20.....

\_\_\_\_\_



## MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 25389.000222/2025-11

Unidade Gestora: 254462 - COGIC

### COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI - COGIC

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XX/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A FIOCRUZ, POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI-COGIC E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX. OBJETO DO CONTRATO:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, DESTINADA À MOBILIDADE INTERNA NOS CAMPI DA FIOCRUZ-RJ – NAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Indicação das partes integrantes do contrato e inclusão do objeto da contratação.

A **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)**, por intermédio da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi COGIC, com sede na Avenida Brasil, n.º 4365, Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro /RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.781.055/0003-05, neste ato representada pela Coordenadora-Geral de Infraestrutura dos Campi, Sr.ª Ana Beatriz Alves Cuzzatti, portadora da matrícula funcional nº 1567804, com poderes conferidos pela Portaria nº 14/2024 da Diretoria Executiva da FIOCRUZ e pela Portaria de designação nº 3.785 de 26/12/2019 do Ministério da Saúde, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, sediada em XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a) , conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 25389.000222/2025-11 e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º XX/XXXXXXX/2025-COGIC, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de locação de veículos elétricos, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinados à mobilidade interna nos campi da Fiocruz RJ – nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Inclusão da descrição do objeto constante no Termo de Referência.

#### 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Veículo Elétrico 06 Lugares	4014	2			
2	Veículo Elétrico 04 Lugares + Caçamba 200kg	4014	22			
3	Veículo Elétrico 02 Lugares + Caçamba 500 kg	4014	10			
4	Veículo Elétrico 02 Lugares + Graneleiro 500 kg	4014	13			
5	Mini Ônibus Elétrico	4014	1			
6	Veículo Elétrico 02 Lugares + Rampa (para cadeirante)	4014	1			
7	Veículo Elétrico + Graneleira Longa	4014	4			
8	Veículo Elétrico 08 Lugares	4014	4			

Inclusão da descrição e das especificações do objeto, de acordo com o Termo de Referência.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

Inclusão para adequação ao quantitativo do objeto, conforme Termo de Referência.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº14.133, de 2021, prorrogável sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Inclusão do prazo de vigência estabelecido no Termo de Referência.

Inclusão em função do objeto da contratação, de acordo com o Termo de Referência.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### 3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### 6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

Preenchimento da lacuna do subitem 8.1.10.1 e 8.1.11 para adequação em função dos procedimentos praticados pelo órgão.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.



8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ~~ou para qualificação na contratação direta;~~

Exclusão para adequação à modalidade de contratação.

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

11.2. Não serão aceitas garantias prestadas por instituições financeiras não autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), assim como garantias efetuadas por seguradoras não credenciadas junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Inclusão do subitem 11.2 para dispor sobre os critérios de aceitação de garantia. A exigência de que as instituições financeiras sejam autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) teve como objetivo alinhar-se ao modelo de contratos adotado pela Advocacia-Geral da União (AGU). Dessa forma, considerou-se mais apropriado manter os parâmetros previamente estabelecidos nas minutas contratuais, uma vez que, na versão mais atualizada do modelo contratual, presumiu-se que tais aspectos estariam tratados de maneira mais detalhada no Termo de Referência.

Assim, a fim de evitar lacunas nos instrumentos que orientam a contratação, optou-se por continuar abordando os critérios de garantia de forma mais pormenorizada no contrato, garantindo, desse modo, a proteção do interesse público e a validade das garantias estipuladas.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Das indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ~~ou na contratação direta~~, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Exclusão para adequação à modalidade de contratação.

#### 14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA REGULARIDADE DA CONTRATADA**

14.1 A regularidade da CONTRATADA foi aferida conforme consulta ao SICAF, CNDT, CEIS, CNJ, TCU e CADIN em xx/xx/2025, conforme certidões inseridas nos autos (SEI nº XXXXXX).

Cláusula incluída para melhor instrução processual e análise da regularidade da Contratada.

#### 15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: [...];

II. Fonte de Recursos: [...];

III. Programa de Trabalho: [...];

IV. Elemento de Despesa: [...];

V. Plano Interno: [...]; e

VI. Nota de Empenho: [...];

16.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### 17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições

contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal e Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Indicação do Local do foro competente.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Inclusão do parágrafo em função dos procedimentos praticados pelo órgão.

Rio de Janeiro, datado e assinado eletronicamente.

Indicação do local e do formato de assinatura eletrônica utilizado no termo de contrato.

#### PELA FIOCRUZ:

**Ana Beatriz Alves Cuzzatti**

Coordenadora-Geral de Infraestrutura dos Campi

Fundação Oswaldo Cruz

#### PELA CONTRATADA:

**Nome**

**Representante Legal**

**Empresa**

#### TESTEMUNHAS:

1)

2)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE GOMES MARQUES, Gestor(a) de Contratos - GECONT/CAD/COGIC**, em 23/09/2025, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5442885** e o código CRC **D591B7B4**.

---

**Referência:** Processo nº 25389.000222/2025-11

SEI nº 5442885